

Atuação das Representações CNC|SESC|SENAC

Nº 149, Abril de 2020

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Presidente: José Roberto Tadros

Chefe do Gabinete da Presidência: Lenoura Schmidt

Secretária-Geral: Simone Guimarães

Assessoria de Gestão das Representações (AGR): Aurélio Ferreira da Silva Rosas

Equipe: Cássia Marques, Cristiane Soares, Cristiano Costa, Eribelton Lima, Juliane Alves, José da Silva e Oscar Nobrega

Design gráfico: Gerência de Comunicação (GECOM)

Revisão: Daniel Dutra

Brasília
SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar
Edifício Confederação Nacional do Comércio
CEP: 70041-902
PABX: (61) 3329-9500
E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro
Avenida General Justo, 307
CEP: 20021-130
Tel.: (21) 3804-9200
Fax: (21) 2544-9279
E-mail: cncrj@cnc.org.br
www.cnc.org.br

Sumário

EDUCAÇÃO E CULTURA	6
Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).....	6
Reunião ordinária realizada no período de 17 a 23 de março de 2020.....	6
SAÚDE	8
Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP).....	8
Reunião extraordinária realizada nos dias 7 e 8 de abril de 2020.....	8
TURISMO	10
Conselho Nacional de Turismo (CNT).....	10
Reunião ordinária realizada no dia 4 de março de 2020.....	10

EDUCAÇÃO E CULTURA

Órgão

Ministério do Turismo (MTur)

Representação

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)

Representantes



Titular

Caroline Soares de Souza

Analista Cultural

Serviço Social do Comércio (Sesc) – Departamento Nacional

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no período de 17 a 23 de março de 2020

Análise de projetos submetidos ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)

As deliberações realizadas são pautadas nas finalidades e objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, pela Instrução Normativa nº 2/2019 e por outros documentos relacionados ao tema. Os membros da comissão, representantes do empresariado, analisam os projetos com planos anuais de centros culturais, museus, fundações e institutos, além de outros projetos que se caracterizam pela abordagem de múltiplas linguagens artísticas (Artes Integradas) ou que tratem da conjunção de ações artísticas e educativas. Estas são formatos que não se enquadram nas bancadas que lidam com conteúdo específico de Artes Visuais, Audiovisual, Artes Cênicas, Música, Humanidades ou Patrimônio.

Na 307ª reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), a representação do empresariado analisou 110 projetos de um total de 235. Sob responsabilidade da analista cultural do Serviço Social do Comércio (Sesc) – Departamento Nacional, Caroline Soares de Souza, foram analisados 57 projetos, sendo 55 aprovados e dois indeferidos, além de três recursos (um indeferido, um deferido e outro deferido parcialmente). Nesta edição, foram encaminhados três projetos à plenária final para análise conjunta dos comissários (dois de Artes Visuais e um de Patrimônio): dois foram deferidos, e um, diligenciado.

Histórico

Instituída pela Lei nº 8.313/91 e regulamentada pelo Decreto nº 5.761/06, a CNIC é composta por 21 membros da sociedade civil que representam as entidades de classe dos setores cultural, artístico e do empresariado, todas de âmbito nacional. Provenientes das cinco regiões brasileiras, os integrantes representam as áreas das artes cênicas, do audiovisual, da música, das artes visuais, do patrimônio cultural, de humanidades e do empresariado nacional.

Conforme o art. 39 do Decreto nº 5.761/06, o mandato dos membros da CNIC é de dois anos, podendo ser renovado uma vez. Também fazem parte da Comissão a secretária especial da Cultura, que a preside; os presidentes de cada uma das instituições vinculadas ao Ministério do Turismo – Agência Nacional do Cinema (Ancine), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Fundação

Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Nacional de Artes (Funarte) e Fundação Cultural Palmares; e o presidente da entidade nacional que congrega os secretários de Cultura das unidades federativas.

A principal atribuição da Comissão é analisar projetos que aspiram à chancela da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e que chegam à CNIC após análise realizada pelas instituições vinculadas à Secretaria Especial da Cultura. Também é sua atribuição, através de debates e proposições, contribuir para o aprimoramento da legislação que baliza o fomento à produção cultural no País e para a elaboração de políticas públicas para o setor.

SAÚDE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)

Representantes



Titular

Edgar Segato Neto

Membro do Conselho de Representantes

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)



Suplente

Bernadeth Macedo Vieira

Engenheira de Segurança do Trabalho

(Compareceu)

Ações

Reunião extraordinária realizada nos dias 7 e 8 de abril de 2020

A 2ª reunião extraordinária da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) contou com integrantes das bancadas do governo, dos empregadores e dos trabalhadores. Da parte do Ministério Público do Trabalho (MPT), compareceu apenas o procurador Luciano Leiva, no início do evento, para falar a respeito da carta encaminhada às bancadas no dia anterior, depois das 18h, solicitando a suspensão da reunião, em função dos esforços necessários para as ações contra o coronavírus. A carta manifestava que “a realização de uma reunião com uma pauta alheia à crise, decorrente do estado de emergência internacional e do estado de calamidade nacional, tende a caracterizar a falsa impressão de que as bancadas do governo, dos trabalhadores e dos empregadores não se sensibilizaram com a gravidade da crise da Covid-19 no País e não estão empenhadas em mitigar os efeitos do mais premente e atual problema de saúde e segurança do Trabalho.” Leiva finalizou informando que precisava se retirar porque tinha reuniões agendadas. Na sequência, o auditor-fiscal da Secretaria do Trabalho Rômulo Machado explicou os motivos que justificavam a reunião, informando que o próximo assunto da pauta seria a ação civil pública movida pelo MPT, mas Leiva ratificou que não poderia permanecer na videoconferência.

Na sequência, as três bancadas manifestaram sua indignação quanto à ação civil pública e aos argumentos utilizados para fundamentá-la. Foram discutidos os argumentos de defesa a serem utilizados pelo governo, e o secretário do Trabalho, Bruno Dalcomo, estava presente para participar da discussão.

Como a reunião não seria deliberativa, não houve alterações de Normas Regulamentadoras (NRs), mas foram apresentadas pelo coordenador dos Grupos de Trabalho Tripartite (GTTs) da NR-04 – Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e da NR-05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa)

os textos trabalhados abordando os itens já em consenso; os itens que possuem propostas em discussão; e os pontos que não foram avançados nas discussões em reuniões prévias.

A bancada dos empregadores, a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apresentou proposta de estender a prorrogação de prazo do item 13.3.1.1 da NR-13 para os vasos sob pressão, estabelecidos para as caldeiras, em virtude das impossibilidades causadas pela pandemia do coronavírus. O assunto gerou calorosa discussão entre as bancadas e o representante do MPT, que voltou à reunião apenas para debater o assunto. No fim, o coordenador do evento informou que tal prorrogação não caracterizava alteração de NR que seria por prazo definido, e que a solicitação já havia sido feita anteriormente na coordenação-geral. Diante da exposição técnica apresentada, o governo concordou com a prorrogação solicitada e, devido à urgência do momento, irá verificar o encaminhamento a ser dado para a conclusão do pedido.

Diretrizes para o andamento dos trabalhos:

NR-32: postergada para agosto. Será feito um acompanhamento mês a mês da evolução da pandemia.

NR-10, NR-29 e NR-30: serão realizadas reuniões bipartites depois do dia 20 de abril. Ao fim delas, os coordenadores dos grupos irão combinar a realização das reuniões tripartites, sempre com o compromisso técnico de respeitar o tempo necessário das discussões.

Quanto aos temas em andamento na CTPP – especialmente em relação aos trabalhos de harmonização das NR-07, NR-09 e NR-17, em razão da publicação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) –, o governo irá elaborar nota técnica explicativa, detalhando a proposta, e a encaminhará para a CTPP. Na sequência, serão realizadas as reuniões bipartites para explicar as propostas. Depois, serão pautados os temas na CTPP.

Observação: as bancadas podem encaminhar sugestões para análise do grupo de governo, que irá construir as propostas de harmonização.

Encaminhamento das NR-04 e NR-05: serão realizadas reuniões bipartites nas próximas duas semanas, para buscar uma aproximação das propostas. Haverá mais de uma rodada, se necessário. Na sequência, serão pautadas as propostas na CTPP.

Solicitou-se que as confederações e centrais divulguem as orientações gerais e setoriais elaboradas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). Caso tenham sugestões de melhoria, poderão encaminhá-las.

Foi solicitado informar a criação dos comitês de crise nacional e estadual, e o auditor-fiscal do Trabalho Guilherme Candemil vai articular ações com as representações da CTPP. Solicitou-se empenho das representações de trabalhadores e empregadores para participação nos comitês estaduais.

Coordenador da reunião, Rômulo Machado considerou que o encontro foi produtivo e deu segurança para continuar os trabalhos durante a pandemia. Com a ata da 4ª reunião ordinária da CTPP aprovada, ele encerrou a reunião.

TURISMO

Órgão

Ministério do Turismo (MTur)

Representação

Conselho Nacional de Turismo (CNT)

Representantes



Titular

José Roberto Tadros

Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)



Suplente

Mario Reynaldo Tadros

Vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM)

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 4 de março de 2020

A 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Turismo (CNT), realizada em conjunto com o Ministério do Turismo (MTur) e o Ministério da Saúde, no dia 4 de março de 2020, no Auditório Térreo do MTur, em Brasília, tratou das ações do governo federal para enfrentar o coronavírus no País, além de ratificar os esforços da primeira pasta para que o impacto no setor turístico seja o menor possível.

Compuseram a mesa de debates o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio; o secretário executivo do Ministério da Saúde, João Gabardo; o presidente da Embratur, Gilson Machado Neto; o secretário executivo do MTur, Daniel Nepomuceno; o secretário nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo, William Franca; o secretário nacional de Integração Interinstitucional, Bob Santos; e o secretário nacional de Estruturação do Turismo substituto, Hercy Filho.

Durante evento, Marcelo Álvaro Antônio detalhou para o trade turístico e autoridades presentes as medidas adotadas para informar e orientar a população e, também, os turistas sobre a doença. Ele também destacou que a reunião foi de suma importância para entender os acontecimentos e traçar um planejamento para superar a crise.

Em seguida, o ministro do Turismo lembrou que, desde o primeiro caso suspeito de coronavírus no Brasil, foi solicitado ao ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, a participação do MTur no Centro de Operação de Emergência em Saúde Pública (COEnCoV) – Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COE COVID-19). Álvaro Antônio disse ainda que o grupo foi criado pelo governo federal para deliberar sobre a doença.

Depois da abertura feita pelo ministro do Turismo, João Gabardo apresentou dados atualizados do coronavírus no Brasil, tranquilizando os membros do Conselho Nacional do Turismo (CNT) em relação às orientações sobre a realização de eventos. O secretário executivo do Ministério do Saúde esclareceu que a pasta não recomendou a redução de

viagens ou das atividades no comércio, mas ressaltou a importância de adotar algumas medidas de prevenção e orientação a respeito do Covid-19.

Gabardo destacou o baixo grau de letalidade e de transmissão do coronavírus em relação a outras doenças, citando, como exemplo, que uma pessoa infectada transmite a doença em média para duas ou três pessoas. No caso do sarampo, um infectado transmite para 16 pessoas. O secretário lembrou que o Brasil já teve outras experiências, como o Zika vírus, mas que é preciso prosseguir.

Abrindo os debates, o deputado federal Newton Cardoso Jr. (MDB-MG), presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, elogiou a reunião com o trade turístico. Para ele, a união entre os atores do setor é essencial para superar o coronavírus no País.

Representante dos consumidores, a diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Juliana Domingues, ressaltou a proximidade da instituição com os Procons do Brasil para alinhar procedimentos. O objetivo é orientar o consumidor sobre os seus direitos e sensibilizar o cidadão para utilizar a plataforma gov.br, canal digital que reúne os programas e ações do governo federal.

Para o representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Mario Reynaldo Tadros, é importante que haja esse formato de reuniões integradas entre as pastas do Turismo e Saúde, a fim de estabelecer e aprimorar com o CNT as ações conjuntas de temas afeitos ao turismo nacional.

Por fim, vale destacar que o encontro possibilitou debater, com entidades que representam o segmento, as ações do governo federal de enfrentamento à doença, além de levantar os impactos causados pelo Covid-19, a fim de promover ações unificadas e imediatas para o Brasil superar a crise instaurada.